

Intervenção excessiva

O País ainda não digeriu as medidas restritivas anunciadas na última quinta-feira e a equipe econômica já acena — ameaça, talvez se deva dizer — com um novo pacote com o objetivo de conter o consumo. A preocupação dos técnicos e autoridades do Ministério da Fazenda no sentido de evitar que a demanda, especialmente de bens duráveis, acima da oferta neste final de ano, provoque uma alta dos preços ressuscitando o processo inflacionário que o Plano de Estabilização abateu, é compreensível e até elogiável. O que se questiona é se o governo não estaria se precipitando, intervindo em demasia e de forma concentrada em apenas alguns aspectos do problema.

As medidas que estão sendo adotadas são de ajuste, afetam apenas alguns elementos da atividade econômica e têm efeito temporário, este é um dado positivo e, por isso mesmo, não autoriza ninguém a afirmar que sejam indícios de fracasso do Plano de Estabilização. Ao mesmo tempo, porém, pode-se arguir que, se o governo foi capaz de elaborar e implantar com notável sucesso um programa antiinflacionário sem cair na tentação de recorrer a artificialismos como quebra de contratos e congelamentos, por que agora se mostra tão intervencionista? Por que não permite que as próprias forças de mercado promovam o ajustamento entre oferta e demanda?

É certo que existe um desequilíbrio entre oferta e demanda numa série de produtos e que isso se traduz em pressão sobre os preços. Mas os aumentos registrados ou sinalizados têm razões distintas. Alguns são puro efeito da oferta e da procura (é o caso dos automóveis e dos eletrodomésticos). Neste caso a solução só virá a médio prazo, com o aumento da oferta (via incremento de produção e importações) e estabilização do consumo com o fim das compras antecipadas por consumidores que temem perder a oportunidade da compra em condições vantajosas. Nesse sentido, as medidas recém-adotadas e as declarações do presidente do Banco Central produzem um efeito

contrário ao objetivo de ambos. Afinal de contas, o que fará o cidadão que cogita de comprar determinado bem, acaba de perder as facilidades de crédito e é informado de que as restrições poderão se tornar ainda maiores, senão correr às lojas?

Diz o presidente do Banco Central não ser possível “apertar um botão em Brasília e fazer com que a indústria produza mais para que a oferta encontre seu ponto de equilíbrio com a demanda”. Tem toda a razão, e precisamente porque o governo não tem esse poder sobre a economia que deveria ser mais cauteloso em suas intervenções no mercado. Até porque, como revelam os dados do IPC-r divulgados pelo IBGE nesta sexta-feira, os itens que puxaram a inflação em outubro não são atingidos pela restrição ao consumo. Alguns, como os aluguéis, pelo contrário, sofrem um impacto direto de expectativas com ou sem fundamento que a ação e a “falação” governamentais apenas acentuam. Os demais produtos que apresentaram aumentos significativos foram os alimentos, sobre os quais incide o efeito entressafra, que seguirá presente até o início do próximo ano e cuja comercialização não evolui conforme a disponibilidade de crédito ao consumidor.

Há uma série de produtos que, de fato, estão sendo aumentados abusiva e especulativamente. Também aqui, não é com restrições ao consumidor que isso será combatido eficazmente. É preciso aplicar a legislação que existe, quando for o caso. É preciso superar a mentalidade intervencionista e paternalista e deixar que os preços elevados se encarreguem de dissuadir o consumidor e equilibrar o mercado. Mesmo porque não há uma tendência de alta generalizada dos preços. Fora isso, o governo pode e deve tomar outras medidas que estimulem a oferta a médio prazo. No caso dos alimentos, por exemplo, alterando a política de juros absurdamente altos cobrados dos produtores. Isso seria muitas mais eficaz do que importar um feijão que acabará por apodrecer em armazéns esquecidos.